



**SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, EDUCAÇÃO  
PROFISSIONAL E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO  
Conselho Gestor de Parcerias Público-Privadas**

29ª Reunião Extraordinária

Aos treze (13) dias do mês de abril (04) do ano de dois mil e vinte e dois (2022), às quatorze horas (14h00), em reunião virtual por meio de uma plataforma de videoconferência, reuniu-se o Conselho Gestor de Parcerias Público Privadas – CGP-ES, presidido pelo Secretário de Estado de Ciência, Tecnologia, Inovação, Educação Profissional e Desenvolvimento Econômico (SECTIDES), Ricardo Claudino Pessanha. Presente o Conselheiro Titular: Marcelo Martins Altoé, Secretaria de Estado da Fazenda (SEFAZ). Presentes os Conselheiros Suplentes: Adriano Rasseli, Secretaria de Economia e Planejamento (SEP); Iuri Madruga, Procuradoria-Geral do Estado (PGE); Dâmaris Rizzi, Secretaria de Estado do Governo (SEG) e Rodrigo Garcia, Secretaria de Gestão (SEGER). Demais presentes: Bárbara Attademo Gonçalves, Maria Mancini de Moraes Ribeiro e Simone Lemos Vieira (SECTIDES/GEPAC); Luciana Merçon e Maira Campana (Procuradoria Geral do Estado); Gabriel Borges (SEG); Joana Magela e Kátia Côco (ARSP); Fábio Damasceno (SEMOBI) e Neomar Pezzin (DER). Aberta a sessão, o presidente do Conselho Gestor de Parcerias Público-Privadas, Ricardo Claudino Pessanha, após confirmar o quórum, iniciou a reunião pela leitura da pauta, previamente informada: Item 1) Ofício encaminhado pela SEMOBI à SECTIDES sobre a retirada da carteira de projetos os terminais; e 2) Concessão da Rodosol. Iniciada a sessão pelo Item 1, o presidente do CGP passou a palavra ao Secretário da SEMOBI, Fábio Dasmaceno, que informou que a empresa que elaborou os estudos, advindos de PMI, para estruturação da concessão dos terminais metropolitanos, fará revisão geral da modelagem no prazo de até 60 dias. Realizada essa explanação, o presidente do Conselho Gestor informou que, considerando essa informação trazida pelo Secretário da SEMOBI, o projeto dos terminais será mantido na carteira dos projetos de concessões e PPP's e que o próximo passo é a nomeação, pelo Conselho Gestor, da Comissão Técnica que ficará responsável pela análise dos estudos em atendimento ao Decreto nº 5.085-R/2022. Para tanto, é imprescindível que a SEMOBI indique os servidores de sua Secretaria que comporão a comissão técnica. A Gerente de Parcerias e Concessões, Simone Lemos, reforçou a importância da criação da comissão para que a mesma possa participar da revisão dos estudos que já está sendo realizada pela empresa. Posto em votação foi deliberado, por unanimidade, a permanência do projeto terminais metropolitanos na carteira de concessões e parcerias do Estado. Avançando ao segundo item de pauta, concessão da Rodosol, o presidente do CGP iniciou sua fala enfatizando a necessidade de se debater oficialmente a situação da concessão da Rodosol, considerando que o atual contrato finaliza em dezembro de 2023, e que o Estado vem sendo instado a respeito das providências relacionadas à gestão da mudança prevista com o encerramento contratual. Reforçou que é imprescindível que a tomada de decisão pelo melhor caminho a ser perseguido deve levar em consideração os prós e contras de todos os



**SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, EDUCAÇÃO  
PROFISSIONAL E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO  
Conselho Gestor de Parcerias Público-Privadas**

29ª Reunião Extraordinária

cenários, seja ele um novo contrato de concessão ou gestão direta pela Administração Pública. O Procurador do Estado, Iuri Madruga, reforçou a fala do presidente do CGP, de que o governo já está em mora para início dos procedimentos necessários para a transição para o novo contrato de concessão, o que ele entende ser mais adequado, ou pela gestão diretamente pelo DER, ressaltando que o caminho pela frente é longo e que provavelmente teremos um hiato de tempo quando da finalização do atual contrato e a formalização de uma nova concessão, o que deverá ser gerido pelo DER, executando os serviços que hoje são prestados pela atual concessionária. O Procurador abordou ainda a questão do passivo do atual contrato, bem como a reversibilidade dos bens ao final da concessão e as questões que estão judicializadas, apontando a necessidade de já iniciar as tratativas com a concessionária para avançar nessas questões mencionadas, que são imprescindíveis para a finalização do contrato. Destacou a necessidade de contratação de consultoria externa para nova modelagem, e indicou verificar junto ao BNDES a possibilidade de estruturação desse projeto, caso a decisão seja por uma nova concessão. A procuradora, Dra. Luciana Merçon, sugeriu constituir uma comissão para tomada de decisões necessárias para finalização do atual contrato, evitando, assim, possíveis judicializações e pontuou que caso o governo decida por delegação dos serviços hoje prestados que se constitua uma outra comissão para início dos trabalhos. Informou que a PGE realizou uma pesquisa acerca da estruturação de rodovias pelo país e que em sua grande maioria, o BNDES é o agente estruturador. Realizadas essas considerações, o presidente do CGP reforçou que a decisão pela delegação ou não dos serviços prestados é do governo, com base nos prós e contras de cada uma das opções, mas entende que, diante da alta demanda do DER e que para não diminuir a qualidade do serviço hoje prestado, o melhor caminho é uma nova concessão. A presidente da ARSP, Joana Magela, informou que, conforme o contrato atual, deverá ser criada uma comissão em até 1 (um) ano antes da finalização do contrato com membros do governo, DER, ARSP e concessionária, para análise do ativo e da reversibilidade dos bens. Informou, ainda, que a ARSP já está providenciando a contratação de terceiros para análises acerca do ativo, isto é, se esse está sendo entregue de acordo com as premissas do contrato. A diretora da ARSP, Katia Côco, corroborou todas as falas da presidente, e destacou que a ARSP, como agência reguladora, é a guardiã do contrato atual e que internamente já estão sendo adotadas providências para a contratação de 05 serviços, quais sejam: 1) qualidade do pavimento; 2) sinalização/qualidade das placas; 3) obras de artes especiais; 4) avaliação das praças de pedágio e 5) estudo econômico-financeiro, que já se encontra em andamento, uma vez que o mesmo fora motivado para atender determinação do TCE, mas destacou que somente a comissão poderá avaliar se os serviços a serem entregues estão atendendo às cláusulas contratuais. A diretora Kátia ressaltou que,



**SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, EDUCAÇÃO  
PROFISSIONAL E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO  
Conselho Gestor de Parcerias Público-Privadas**

29ª Reunião Extraordinária

caso a decisão do governo seja por nova concessão, é preciso avaliar se o trecho a ser concedido será ampliado, uma vez que do ponto de vista regulatório, nos moldes que hoje se encontra não apresenta viabilidade. Destacou que o montante arrecado pela ARSP não paga a fiscalização. O presidente do CGP questionou se mais alguém tinha contribuições sobre o tema. O Secretário Fabio Damasceno corroborou todas as falas e pontuou a necessidade de contratação de estudos para nova concessão e que o DER deve assumir a gestão do serviço até que seja formalizado novo contrato. A Procuradora do Estado, Maira Campana, alertou sobre a competência legal do ente que irá assumir esse projeto que, nesse caso, é do DER, detentor de responsabilidade jurídica para gerir esse serviço que está sob sua gestão. Essa última questionou se o estudo econômico-financeiro contratado pela ARSP irá abordar acerca da indenização dos bens reversíveis, sendo esclarecido pela presidente da ARSP de que isso não está contemplado no escopo do estudo, uma vez que, conforme dito anteriormente, o mesmo fora contratado para atender determinação do TCE, acerca de desequilíbrio do contrato até o ano de 2019. Por fim, a Procuradora ressaltou que a reversão dos bens é um ponto sensível para a retomada dos serviços. O Secretário da Fazenda, Marcelo Altoé, opinou no sentido de se levar em consenso uma decisão do CGP pelo melhor modelo a ser adotado para a tomada de decisão do governador. Realizadas todas essas contribuições o presidente do CGP, Ricardo Pessanha, sugeriu os seguintes encaminhamentos: **1)** aguardar retorno do gabinete do governador para agenda com participação do CGP-ES, ARSP, DER e Semobi, para tomada de decisão; **2)** PGE e ARSP devem preparar relatório técnico para que seja levado ao governador, a fim de subsidiá-lo na tomada de decisão e **3)** DER deverá tomar as providências cabíveis para planejamento quanto à assunção provisória dos serviços quando a concessão finalizar. Por derradeiro, o Procurador do Estado, Iuri Madruga, reforçou a necessidade de se perseguir o caminho de uma nova concessão, de acordo com a realidade trazida pela ARSP e da necessidade de contato com BNDES de maneira ainda que informal para verificar a possibilidade do mesmo ser estruturador desse projeto. **Nada mais havendo a tratar** na presente sessão, o Presidente do Conselho encerrou os trabalhos e a presente Ata, após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente do Conselho Gestor de Parcerias Público-Privadas e demais conselheiros presentes à reunião.

**Ricardo Claudino Pessanha**  
Presidente do Conselho Gestor de  
Parcerias Público-Privadas

## ASSINATURAS (6)

Documento original assinado eletronicamente, conforme MP 2200-2/2001, art. 10, § 2º, por:

**RICARDO CLAUDINO PESSANHA**

SECRETARIO DE ESTADO  
SECTIDES - SECTIDES - GOVES  
assinado em 18/04/2022 10:59:13 -03:00

**MARCELO MARTINS ALTOE**

SECRETARIO DE ESTADO  
SEFAZ - SEFAZ - GOVES  
assinado em 18/04/2022 18:08:17 -03:00

**DÂMARIS RAFAELA RIZZI MAÇÃO**

SUPLENTE (CONSELHO GESTOR DE PARCERIAS PUBLICO/  
PRIVADO)  
GRH - SEG - GOVES  
assinado em 18/04/2022 14:49:47 -03:00

**RODRIGO CARDOSO GARCIA**

SUPLENTE (CONSELHO GESTOR PARCERIAS PUBLICO-  
PRIVADAS-CGP/ES)  
SEGER - SEGER - GOVES  
assinado em 18/04/2022 08:22:18 -03:00

**IURI CARLYLE DO AMARAL ALMEIDA MADRUGA**

PROCURADOR DO ESTADO  
PCJ - PGE - GOVES  
assinado em 15/04/2022 19:09:46 -03:00

**ADRIANO FROSSARD RASSELLI**

SUPLENTE (CONSELHO GESTOR PARCERIAS PUBLICO PRIVADAS  
-CGP-ES)  
SEP - SEP - GOVES  
assinado em 18/04/2022 10:12:56 -03:00



**INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO**

Documento capturado em 18/04/2022 18:08:17 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - UTC-3)  
por BARBARA ATTADEMO GONÇALVES (ASSESSOR ESPECIAL NIVEL I - QCE-04 - GEPAC - SECTIDES - GOVES)  
Valor Legal: ORIGINAL | Natureza: DOCUMENTO NATO-DIGITAL

A disponibilidade do documento pode ser conferida pelo link: <https://e-docs.es.gov.br/d/2022-DWCWWC>